

O Economicismo

Rogério F. Ferreira (*)

Traduz-se este estudo num conjunto de reflexões em que se procura apresentar inquietações acerca de erros que se vão cometendo no planeta que habitamos.

Qualquer dos tópicos que fomos compilando ao acaso pode servir para debates sobre a atenuação dos excessos anti-sociais a que vamos assistindo.

Joel de Rosnay, no seu "O MACROSCÓPIO para uma visão global", expõe paradoxos, contradições, injustiças, privilégios, conformismos, defasamentos educacionais e tudo o mais que nas acções das pessoas se verifica.

Cada vez se revela mais urgente que se tome consciência da necessidade de debater discursos e modelos economicistas(**), quer no ensino, quer na prática do dia-a-dia.

Procuraremos, através de alguns tópicos, contribuir para a premência desse debate:

Extinção das espécies

Há bens preciosos (monumentos históricos, presenças do passado) que alguns destroem para fazer outras coisas (não preciosas) que propiciam altos rendimentos aos destruidores. Estes ficam ricos mas a comunidade fica mais pobre.

Há espécies animais e vegetais em extinção porque os produtos que delas se extraem (peles, óleos, dentes, delícias ou troféus da captura) têm valor económico e deliciam os utilizadores. Este valor aumenta progressivamente, à medida que aumenta a raridade das espécies. Os travões aos beneficiários da "lei económica" revelam-se precários, insuficientes (não funcionam nem lei jurídica nem normas éticas) -

quanto mais próximo se está da raridade, maior é o valor económico que se atribui e assim mais se acelera a busca, a caça, a extinção.

Poluição

Há poluidores a auferir ganhos, mas o Mundo perde muito devido a esses ganhos.

Como evitar que os poluidores poluam, se para eles há interesse económico, há lucro? Há sérias dificuldades em demovê-los. Quem arbitra? Como arbitrar?

Fiscalidade e Gestão

Só desconhecedores da Fiscalidade não vêem como ela se está a revelar injusta e não atentam quanto isso será, socialmente, inconveniente.

Para além de muitas outras distorções, é de salientar a facilidade com que grandes ganhos e fortunas são pouco ou nada tributados em muitos países. As leis e as práticas nacionais, comunitárias e internacionais estão a favorecer essa injusta repartição da carga fiscal.

Poderia argumentar-se que mesmo com outras leis poderia não ser melhor. Há quem se oriente por regras desviadas de preocupação ética, acontecendo até que políticas que se pretendem mais eficazes se conjugam no mesmo sentido. Afectar os ricos e os de maiores rendimentos poderá induzi-los a investir ou a aplicar capitais em outros países, que sempre encontram, que mais os favoreçam pessoalmente, embora sem quaisquer melhorias relevantes para as populações respectivas.

Os pobres têm taxas de poupança menores ou nulas, pelo que, sob um ponto de vista

(*) Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

(**) A expressão economicismo remete para o excesso, no que respeita ao objecto da economia e ao seu reducionismo e comportamentos unilaterais que, conjugados, menosprezam interdependências e não assumem a necessária valoração ética.

macro-económico, maiores capitações destes no Rendimento Nacional podem redundar somente em mais consumo e menos poupança global (em apreciações imediatistas). Assim, não há sobras para investimento. E desincentivar os investidores com impostos, reduz o desejo de produzir e de criar postos de trabalho.

Observa-se haver já leis fiscais que podem impedir se deixem sem tributação ou pessoas físicas que “efectivamente” residem em país distinto do de um paraíso fiscal eleito ou sociedades que detenham a sua sede ou direcção efectiva em país diferente do da sede jurídica declarada. Só que por todo o lado é frequente a escolha vantajosa, a impunidade de declaração de domicílios teóricos ou falsos ou de sedes jurídicas fictícias.

Muitos perguntarão as razões para esse laxismo internacional. Se não se pode afirmar que há propósitos reais de permissividade ou falta generalizada de ética, importa contudo sublinhar o que está ocorrendo.

Exemplo, visível a todos, é o do sector da marinha mercante. Quem frequenta ou visita portos de mar verifica que os navios aparecem sob bandeiras de países ou áreas de reduzidíssima tributação (paraísos fiscais) onde as empresas estabelecem as suas sedes (fictícias).

A generalidade dos que assim procedem têm êxito, alcançam economias. Sabem que pelas leis dos países onde detêm verdadeiramente a sede (a direcção efectiva) seriam tributados, mas, na prática, isso não acontece. Também as regulamentações laborais e as leis de segurança social dos países da sede efectiva não são aplicadas. Daí, a prática aberta de contratação de desempregados de países mais pobres, que aceitam baixos salários.

Assim, aparecem tripulações constituídas por pessoas que se desconhecem, não formam equipa, têm culturas e hábitos diferentes, não falam a mesma língua, não se entendem. Aí estará, porventura, uma das razões da frequente ocorrência de graves acidentes, derrames de

crude que poluem mares e praias, provocando verdadeiras catástrofes.

Quem ganha? Têm-se dúvidas quanto à resposta mas, em contraste, é o mundo, em conjunto, que perde.

Empobrecimento (por não produção)

Até os menos atentos a estas questões vêm verificando que trabalhadores de países mais ricos e também de países menos pobres estão a passar à situação de desempregados ou reformados decrescendo nesses países o investimento produtivo global, o produto nacional, as receitas fiscais. Crescem, em concomitância, as despesas públicas e os défices orçamentais.

O não poder comprar, o não poder pagar, o recorrer à segurança social é o que acontece, mas anunciam-se consequentes rupturas.

A crise vai-se instalando em países mais ricos e nos menos pobres, com efeitos multiplicadores regressivos ou negativos, tentaculares, afectando tudo e todos, gerando depressão, penúria, inanição. Começam por ser atingidos os economicamente mais frágeis, mas depois novos e sucessivos estratos, atingindo-se, no final, dadas as implicações gravosas da crise instalada, os próprios empresários que utilizaram ou favoreceram as mudanças que lhes pareciam naturais.

É que crescendo de modo progressivo o pauperismo, a paralisação da produção e da vida económica, surgirão, inevitavelmente, tensões sociais, rebeliões, fermentos de racismo, de tumultos, podendo acabar-se num confronto generalizado.

É um facto que continuam a falir empresas e há sectores de actividade que cessam produções e vendas. Cresce o desemprego. O relativo equilíbrio geral transforma-se em sensíveis desequilíbrios sectoriais que, somados, provocam o total desequilíbrio, espécie de castelo de cartas que se desmorona.

Se produção gera produção, poupança e consumo, vindo a acumular-se riqueza (por efeitos

do multiplicador do investimento e do rendimento), o crescimento da pobreza gera, inversamente sucessivas pobreza, até à miséria generalizada e conseqüente insegurança pessoal e colectiva.

O *economicismo* que hoje domina o Mundo mostra-se altamente nocivo. Criaram-se esquemas de transferência de riqueza através de fenómenos financeiros, especulativos (não produtivos), que não são propriamente geradores de riqueza ou de acréscimo de produção (valor acrescentado).

É certo que a eficácia da *gestão* é procurada, mas quem actua em contexto internacional, quem faz aplicações de capitais assume uma visão lucrativa e não necessariamente, globalmente, produtivista (de acréscimo real de valor acrescentado).

Assim, empresários há que escolhem países onde a mão-de-obra abunda e é dócil, cujo baixo custo lhes possibilita competitividade e altos lucros. O aumento destes leva a transferências a favor dos referidos empresários, mas nos países donde provieram esses capitais fecham-se empresas e gera-se desemprego.

As transferências de postos de trabalho de países mais ricos para países mais pobres, que à escala internacional e em significativo volume se têm processado, redundam, afinal, em prejuízo dos trabalhadores. Não se trata sequer de uma transferência que se possa dizer de soma zero, em termos globais e sociais. Trata-se de transferência negativa para o conjunto dos que vendem o produto do seu trabalho, a favor de "capitalistas sem pátria".

O problema exige especial atenção, dada a alta escala em que se desenvolve, sendo graves os efeitos, hoje já muito visíveis.

As visões puramente *economicistas* tornam-se nefastas, afectando um desenvolvimento são da Economia, impedindo-a de cumprir o seu objectivo de servir o Homem, de lhe trazer bem-estar. (*)

O mercado é soberano

O que convém produzir? O mercado é soberano, dita o que deve produzir-se, o que o consumidor deseja.

Será assim? Se há compradores de armamento e de droga, então produza-se e venda-se. Os produtores e traficantes ganharão muito e mais e satisfarão a procura de armamentos e drogas.

Importa sublinhar a gravidade de "a oferta estar a criar a procura", de o marketing não se limitar a encontrar "mercado para certo produto" mas sim a "criar a necessidade do produto", do seu consumo, da sua procura.

Enriquecem os produtores do inútil — do armamento, da droga. Decerto, até alguns deles, ou familiares seus, serão também vítimas. Virão a ser utilizadores e consumidores dos produtos vendidos ou serão afectados pelas acções dos carentes da droga ou dos utilizadores dos armamentos.

Que deve propor-se e como? Rejeitar o "Economicismo", contrariar excessos do marketing, condenar o "belicismo" como opção estratégica da gestão? Sobretudo não há que beneficiar nem louvar os que infringem as leis e prejudicam a comunidade.

A subsidiação da "não produção"

A Comunidade Europeia subsidia produtores de países comunitários para não produzirem, quando verificam excessos de produção em outros ou que esses outros produzem mais barato. O verdadeiro problema está no facto de não haver excessos, mas notória escassez em muitas partes do Mundo.

As visões de curto prazo do económico conduzem à não distribuição dos excessos a quem os não pode pagar ou a quem não dispõe de estruturas e formas de gestão que viabilizem a distribuição.

(*) "A ordem social e o seu progresso devem sempre reverter em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário" (Vaticano II, *Gaudiano et Spes*, n.º 26).

Por outro lado, quem é subsidiado para não produzir virá a provocar aumentos nos “custos sociais” que a comunidade em geral irá suportar. *Os custos totais (sociais) da produção reduzida pela via da não produção subsidiada ficam decerto a exceder — no curto prazo — os custos “totais” que teria a produção que deixa de produzir-se devido à subsidiação.*

Dir-se-á assim que o objectivo comunitário poderá aparentar-se adequado, considerando o interesse — a longo prazo — das reconversões. Só que, enquanto estas se não conseguirem (conseguir-se-ão?), geram-se os “prejuízos sociais” referidos.

Pondere-se, pois, se a opção não deverá ser tentar, sim, reconversões, evitando que actuações demasiado rápidas provoquem efeitos perversos. Será possível? Admitimo-lo em teoria, mas, na prática, poderá não conseguir-se.

A propósito de subsídios a agricultores de países comunitários para que não produzam, transcreve-se, sem mais comentários, excerto de uma carta aparecida já em edição de 1970, no livro *Curiosidades, Velharias, Miudezas Contabilísticas*, do meu saudoso Mestre, Professor Gonçalves da Silva:

“Um meu amigo, recebeu este ano do Governo um cheque por não ter procedido à engorda de cinquenta porcos. Nessas condições, eu também desejo consagrar-me, no próximo ano, à indústria de não-engorda de porcos. Do que eu tenho necessidade é da vossa opinião sobre o melhor tipo de instalação para não criar os porcos, assim como da melhor raça de porcos que é possível não engordar. O mais difícil neste género de negócios, é manter uma contabilidade com o número exacto de porcos que não são criados. Tenho a intenção de começar modestamente. Assim, no próximo ano, limitar-me-ia a não engordar 4 000 porcos, o que, segundo os cálculos do meu amigo me deve dar aproximadamente 80 000 de lucro. Outra coisa: esses porcos que eu não vou engordar comerão cerca

de 100 000 alqueires de milho. Creio compreender que pagam também aos agricultores que não semeiam milho. Queira, portanto, saber quanto é que estão dispostos a dar-me para eu não semear 100000 alqueires de milho a fim de não alimentar os porcos que não irei criar.”

Economicismo e guerra

No ano de 1992 voltou-se às GUERRAS. Continuam.

Guerras são má solução, “mau negócio”. Geram sacrifícios, custos excessivos para todos. E os proveitos dos vencedores são verdadeiros *nadas*.

Quem se impõe pela força perde realmente. Se a injustiça se mantém, novas guerras surgirão.

Um outro plano— produzir e vender armas é sempre prejudicial: ou não se usam (produção inútil, hoje dispendiosíssima, em detrimento das demais, todas melhores), ou utilizam-se e matam, destruindo riqueza e bens existentes.

Matar e destruir é muito mau, e reduz meios de produção — a comunidade chorará os mortos e as injustiças. E ficará mais pobre (terá mais dificuldades em produzir de novo).

Entretanto, quem armou terá ganho? Produzir o que serve a destruição é perda colectiva.

As destruições empobrecem, endividam. O endividamento do Estado é pago pelos povos. Os produtores dos meios de destruição e os seus intermediários, via de regra, são pagos e ficam ricos. Ficarão? Os não ingénuos respondem afirmativamente. Quem é que não quer ver?

Uma gestão mundial correcta não pode conduzir à produção de mercadorias que sirvam para destruir.^(*)

A produção do antes destruído fica mais cara — há que juntar-lhe o custo da destruição. Muitos

(*) As falhas de concepção e de gestão ao nível da organização global ou social derivam em particular de carências de conhecimento humano. As buscas de resolução global dos problemas de gestão mundial ainda são utópicas, mas já menos do que foram.

morrem, muitos perdem, muitos empobrecem com as destruições. Quem ganha?

Carece-se de correcta opinião pública que proclame aos negociadores das *guerras* que já é tempo de pararem seus absurdos e crimes. Há que mostrar a mentira dos vãos interesses, realmente contrários à humanidade, à paz social.

Os próprios gestores e todos nós beneficiaremos com uma GESTÃO assente na ética que, favorável a longo prazo, sé ela propicia, nessa correcta óptica, a eficiência.

Economicismo e ética

Predominam actualmente os pensamentos económicos imediatistas. Sabe-se que a generalidade dos homens actua por motivação económica de visão cêntrica. O *homo economicus* revê-se no interesse que as suas acções

terão para si, sua família, sua empresa, sua região, sua nação, sua comunidade.

É errado pensar que o bom para alguns tem sempre de ser mau para outros e deve admitir-se que a conciliação é melhor que o conflito.

Temos, contudo, de reconhecer que na ECONOMIA e na GESTÃO há quem prefira actuar sem considerações de ordem *ética*. Muitos dizem que a conciliação de interesses de modo legítimo e justo raramente ocorre, que “quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é tolo ou não sabe da arte”.

Louvam-se “exemplos franciscanos” mas quem os adopte é por muitos tomado pelo menos por *ingénuo*, porque a desconfiança nas boas intenções se generalizou. É usual supor os outros traidores, adversários, inimigos a abater. O recrudescimento recente das guerras parece prová-lo.

